

## METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS E O ESTUDO DE GÊNERO EM ASSENTAMENTOS DO PONTAL DO PARANAPANEMA/SP

Ana Terra Reis<sup>1</sup>

**Resumo:** A pesquisa de Pós Doutorado ora desenvolvida está vinculada ao Projeto Temático “Mapeamento e análise do território do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema-São Paulo-Brasil: relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental” (Processo FAPESP nº 2012/23959-9). Considerando que a produção científica se desenvolveu negando a temática de gênero e mesmo no campo crítico, abordando a luta de classes sem considerar temáticas transversais como gênero, raça e sexualidade, objetivamos pesquisar a ação das mulheres enquanto sujeitos sociais, com especificidades no que se refere à sua atuação no conjunto da classe trabalhadora. Acreditamos que a percepção da necessidade de emancipação das mulheres sem terra não é consequência imediata no processo de luta pela terra, e sim da forma como a participação delas se dá, neste trabalho cotidiano de criar novas sociabilidades nos territórios conquistados. Torna-se central analisar o processo pelo qual se dá a constituição desses novos lugares das mulheres e como estas têm resistido ao avanço do sistema metabólico do capital e principalmente, como tem enfrentado este sistema. Assim, buscamos a partir da história de luta das mulheres assentadas do Pontal do Paranapanema identificar o papel destas mulheres no cotidiano de luta pela terra e de luta por permanecer na terra, seja constituindo coletivos formais e informais de atuação, seja na produção de alimentos com base na agroecologia. Para tal desafio, elegemos como principal metodologia a “Pesquisa Participante”, reafirmando o nosso compromisso social, político e ideológico com a comunidade, com as pessoas e suas causas sociais, reconhecendo o caráter político e ideológico da pesquisa enquanto atividade científica e pedagógica.

**Palavras-Chave:** Gênero; Movimento social; Metodologia.

### Introdução

A pesquisa de Pós Doutorado que estamos desenvolvendo está vinculada ao Projeto Temático “Mapeamento e análise do território do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema-São Paulo-Brasil: relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental” (Processo FAPESP nº 2012/23959-9). Considerando que a produção científica se desenvolveu negando a temática de gênero e mesmo no campo crítico, abordando a luta de classes sem considerar temáticas transversais como gênero, raça e sexualidade, objetivamos pesquisar a ação das mulheres enquanto sujeitos sociais, com especificidades no que se refere à sua atuação no conjunto da classe trabalhadora.

Acreditamos que a percepção da necessidade de emancipação das mulheres sem terra não é consequência imediata no processo de luta pela terra, e sim da forma como a participação delas se dá, neste trabalho cotidiano de criar novas sociabilidades nos territórios conquistados. Torna-se central analisar o processo pelo qual se dá a constituição desses novos lugares das mulheres e como estas têm resistido ao avanço do

---

<sup>1</sup> Militante do MST, pós-doutoranda do Programa de Pós Graduação em Geografia da FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente, membro do CEGET (Centro de Estudos em Geografia do Trabalho), bolsista FAPESP (proc. 2017/14.976-0)

sistema metabólico do capital e principalmente, como tem enfrentado este sistema.

Assim, buscamos a partir da história de luta das mulheres assentadas do Pontal do Paranapanema identificar o papel destas mulheres no cotidiano de luta pela terra e de luta por permanecer na terra, seja constituindo coletivos formais e informais de atuação, seja na produção de alimentos com base na agroecologia.

Para tal desafio, elegemos como principal metodologia a “Pesquisa Participante”, reafirmando o nosso compromisso social, político e ideológico com a comunidade, com as pessoas e suas causas sociais, reconhecendo o caráter político e ideológico da pesquisa enquanto atividade científica e pedagógica.

Para nós, a busca pela construção do conhecimento deve articular nossa prática profissional e militante aos saberes teóricos, no sentido de encontrar o caráter fundante do entendimento da práxis como caminho teórico e metodológico, nos inserindo em um contexto de construção de um possível “progresso intelectual de massas e não somente de pequenos grupos intelectuais”. (GRAMSCI, 1999, p.111).

Assim, no presente artigo pretendemos contextualizar de onde partem as indagações de nossa pesquisa e tratar dos desafios da “Pesquisa Participante” em assentamentos originários da luta pela terra e organizados pelo MST, tratando das especificidades da transversalidade de gênero.

## **Referenciais teóricos.**

Durante o desenvolvimento de nossa tese de doutorado, intitulada “Trabalho, políticas públicas e resistência em assentamentos do Estado de São Paulo: um estudo sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)”, nos atemos às expressões do conflito entre o avanço do sistema metabólico do capital e a resistência de classe empreendida pelos trabalhadores rurais assentados, entre as quais se pode destacar a crescente disputa entre as corporações transnacionais das *commodities* do agrohidronegócio e das organizações de camponeses na luta pela soberania alimentar.

Esta conflitualidade (FERNANDES, 2011) tem como agentes fundamentais as empresas que comercializam o pacote tecnológico de insumos, agrotóxicos e sementes, a partir de uma estrutura de crédito e assistência técnica privada, com o objetivo de produzir mercadorias, normalmente também comercializadas por estas próprias empresas ou por atravessadores, como alternativa à ausência de políticas públicas que deveriam construir a autonomia dos agricultores.

Trata-se de um processo de dupla subordinação da renda da terra, ora no momento da compra do pacote tecnológico, ora no momento de comercialização, processo mediado pela negação dos direitos de crédito e assistência técnica conquistados pela luta dos trabalhadores. Por outro lado, pode-se perceber o desenvolvimento de uma sociabilidade diferente, observando outras relações sociais que não se subordinam à lógica da mercadoria.

O espaço rural, como a economia mundial, é marcado pela disputa entre concepções de desenvolvimento. No caso da agricultura, a concepção hegemônica está pautada na concentração de terras e de renda, na grilagem, na degradação ambiental, na exportação de mercadorias, violação de direitos e na superexploração do trabalho e não essencialmente na produção de alimentos. Outra concepção está ligada à classe trabalhadora, que expropriada dos meios de produção, especialmente a terra, luta e resiste em busca de condições mais dignas de produção e reprodução da vida, na terra.

A possibilidade de superação das desigualdades históricas a partir da “integração” ao sistema metabólico do capital (MÉSZARÓS, 2002; THOMAZ JUNIOR, 2009) tem se mostrado inviável, na medida em que o capital se reproduz a partir da

apropriação e da recriação das formas de dominação do trabalho. Para aprofundar o debate acerca dessas relações e mediações que possibilitam a reprodução do modo de produção capitalista e para demonstrar a inviabilidade de se discutir a suposta superação da realidade excludente e degradante pela ótica do paradigma do capitalismo agrário (FERNANDES, 2008), é necessário observar as interlocuções existentes entre o Estado e a classe dominante, ressaltando as formas encontradas pela classe trabalhadora para resistir a estas transformações.

No Brasil, na medida em que o modo de produção capitalista avança, foram sendo desenvolvidas estratégias que mantiveram a propriedade da terra extremamente concentrada, revelando a consolidação das alianças existentes entre os latifundiários, o Estado, o capital fictício/especulativo e a indústria. Tal realidade ganha novos contornos com a mundialização do capital durante a década de 1990, consolidando a territorialização dos monopólios, bem como a monopolização do território na agricultura, movimentos que ocorrem, respectivamente, por meio do controle articulado da propriedade privada da terra, da produção agrícola e do processamento agroindustrial e, no âmbito da monopolização do território as empresas de comercialização e/ou processamento agroindustrial subordinam e, conseqüentemente, controlam a produção dos agricultores (OLIVEIRA, 2015).

Na América Latina, como também em outras partes do mundo, o Estado tem sido essencial para o êxito do sistema metabólico do capital e para a defesa das relações sociais de produção dominantes. Segundo Petras e Veltmeyer (2003), em cada forma específica da formação agrícola, o Estado tem sido uma peça chave na fundação, extensão, reprodução e transformação do sistema capitalista, beneficiando determinadas classes – no Brasil, sempre os grandes latifundiários – e em prejuízo de outras – principalmente os trabalhadores assalariados e os camponeses.

Ilustra essa realidade o fato que a ascensão de governos com características de centro-esquerda na América Latina, não representaram avanços significativos na correlação de forças no interior do Estado. Em nome da governabilidade, foram feitas concessões que comprometeram ou negaram a implementação de políticas públicas que alterassem estruturalmente a realidade daqueles que vivem de seu trabalho no campo (THOMAZ JUNIOR, 2009).

No Brasil, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, no ano de 2002, um amplo estudo feito por técnicos e pesquisadores de diversas áreas, foi organizado para elaboração da proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária. Os dados evidenciaram que havia 170 milhões de hectares de terras devolutas no Brasil (OLIVEIRA, 2007). A Proposta elaborada tinha como metas assentar um milhão de famílias; assegurar renda aos assentados e agricultores familiares; criação de 2,5 milhões de novos postos de trabalho nas áreas reformadas; consolidar os assentamentos já constituídos; regularização fundiária para os atingidos por barragens, indígenas e quilombolas; realizar o georeferenciamento do território brasileiro; garantir assistência técnica e capacitação aos agricultores e; crédito agrícola e garantia de preços mínimos.

Em nome da governabilidade e das alianças feitas com os setores ligados ao agrohídronegócio, a proposta foi sendo esvaziada e já não era contemplada no II Plano Nacional de Reforma Agrária. Ao passar do tempo, a política de caráter estrutural deu lugar a políticas compensatórias que acabaram por gerar frustração entre os que esperavam uma solução para o problema agrário brasileiro.

O que se percebeu foi que durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o apoio ao agrohídronegócio foi ainda mais ampliado. Levantando os dados junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, referentes aos créditos

destinados à agricultura empresarial e familiar, ficam claras as disparidades existentes. O total de recursos direcionados, entre 2003 e 2013, são da ordem de R\$ 1 trilhão, sendo R\$ 856 bilhões destinados à agricultura empresarial e R\$ 146 bilhões destinados aos créditos para a agricultura familiar, ou seja, praticamente 6:1.

Assim, concordamos com Pereira e Alentejano (2014) ao afirmarem que houve durante os governos petistas esvaziamento da reforma agrária enquanto política estrutural, sendo a política agrária convertida em medidas de alívio da pobreza rural e da pressão social. Com o terceiro mandato ligado ao Partido dos Trabalhadores, a partir da eleição da presidente Dilma Rousseff, nada se altera em relação às políticas públicas para o campo. O caráter desenvolvimentista continuou a seguir a cartilha neoliberal de incentivo ao agrohidronegócio para geração de divisas a partir da exportação de *commodities* mantendo o saldo positivo da balança comercial e do *superavit* primário.

Resultado desta política de esvaziamento da pauta da Reforma Agrária é a diminuição no número de famílias assentadas, que entre 2002 e 2013 foram apenas 4.363 famílias (DATALUTA, 2013), do total de um milhão proposto na elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária.

Entretanto, ainda que de forma frágil e incipiente, foram implementadas ações que promoveram o reconhecimento da necessidade de superação da fome, que atingia 54 milhões de brasileiros em 2002, proporcionando o acesso a alimentos a partir do Programa Fome Zero. O programa foi implementado através do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional e uma das principais ações estruturantes vinculadas à agricultura camponesa seria o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, pela Lei 10.696, de 2 de julho de 2003.

Surgia aqui, diante de uma antiga pauta de reivindicação dos movimentos sociais do campo, uma possibilidade concreta de desenvolver novas relações de comercialização no campo, sendo que o pequeno agricultor e o camponês assentado, tinham pela primeira vez condições de produzir alimentos incentivados por uma demanda concreta, com preço justo, fornecendo alimentos para aqueles que estavam em condição de insegurança alimentar.

Importante salientar, como apresenta Zimmermann (2007), que a institucionalização do Programa somente foi possível diante de um quadro político favorável, e que chegaram a ser editadas medidas provisórias para que os preços praticados no PAA fossem capazes de remunerar os agricultores, realidade impossível diante da política de preços mínimos do governo federal. A solução encontrada para a efetivação do programa no âmbito institucional e atendendo à realidade diversa da agricultura de base familiar foi a criação de um Grupo Gestor, que teve autonomia para determinar preços e fazer ajustes na operacionalização do programa.

Ainda no escopo das estreitas conquistas dos pequenos agricultores é editada a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009 que determina que do total de recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), 30% sejam reservados para compras da agricultura de base familiar.

Entendemos que a implementação das políticas públicas de comercialização foram importantes para a agricultura camponesa como um todo e, especialmente, para os assentados e suas organizações, principalmente, como forma de manutenção do controle político sobre os territórios conquistados, consolidando estratégias de resistência à monopolização do território na agricultura.

É recorrente entre os agricultores familiares a existência da agricultura mais doméstica, para auto-sustento, voltada à alimentação da família. São os quintais produtivos, fruto do trabalho de mulheres. Este trabalho, tradicionalmente é o que se pode

chamar de trabalho invisível, ou seja, somado ao trabalho doméstico, sem valor comercial e não contabilizado na renda das famílias.

Conforme explicam Siliprandi e Cintrão (2011), as mulheres agricultoras têm dificuldades de inserção nas atividades de comercialização, principalmente pela característica da acentuada divisão sexual e geracional do trabalho na agricultura. Este fato tem sido constatado também pelo conjunto do MST, que têm buscado formas de atuação que superem estas desigualdades, definindo como público de especial atenção, nas ações políticas projetadas no VI Congresso Nacional ocorrido em 2014, os jovens e as mulheres.

Dentro da unidade familiar, existem diferentes formas de acesso e controle sobre a terra e os demais recursos produtivos (incluindo aqueles decorrentes de políticas públicas) e as mulheres, embora trabalhem em praticamente todas as tarefas da propriedade, muitas vezes não participam da decisão sobre os usos dos recursos ou sobre as prioridades da família e não têm acesso à renda gerada por seu trabalho. Nas estatísticas oficiais, as mulheres agricultoras são maioria entre os “membros não remunerados” da família. Essa forma de organização da unidade produtiva leva a um comprometimento da autonomia pessoal e financeira das mulheres. (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011, p.2).

Com a implementação do PAA, as mulheres passam a participar entregando ao programa esta produção, envolvendo mais os filhos para que se somem a esta produção. A partir de 2008, a CONAB direciona atenção para o aumento de políticas para inserção das mulheres, sendo que para tanto, determinou que 40 % dos titulares nos projetos fossem as mulheres, a exemplo do que aconteceu com a titularidade da terra e as casas, o número de participação das mulheres cresceu consideravelmente, conforme verificam Marques et al (2014):

Por outro lado, as mulheres estiveram em grande medida na linha de frente no que se refere ao interesse em participar do PAA, pois tal programa foi visto como um meio interessante para incrementar a renda obtida graças aos produtos dos quintais em torno das casas. Esse tipo de produção destinada em princípio ao autoconsumo é geralmente realizado pelas mulheres, que não se encarregam habitualmente das vendas no mercado. Regra geral, os excedentes dos quintais são trocados, doados ou simplesmente perdidos. Com o DS-PAA [Doação Simultânea], há uma mudança no seio dos estabelecimentos familiares, graças notadamente ao reforço do papel desempenhado pelas mulheres na produção. (MARQUES et al, 2014,p.83).

Segundo a CONAB, nacionalmente a participação das mulheres no PAA passou de 11,5 mil mulheres em 2009, para 39,3 mil no ano de 2012, representando um crescimento de 240%. No que se refere aos projetos exclusivamente femininos, a CONAB aponta que em todo Brasil, no ano de 2012, eram 26 iniciativas. É preciso atentar-se para o fato de que ter as mulheres institucionalmente inseridas é um passo importante, mas não resolve as desigualdades de gênero sentidas no cotidiano, seja no controle dos recursos financeiros das famílias, seja na condução das organizações (associações e cooperativas), ou seja, nos processos de decisão sobre o resultado de seu trabalho.

Com o recuo das políticas públicas, decorrentes de uma conjuntura política que se configura principalmente após o ano de 2016, em que se acentuam as políticas de caráter conservador e destruidor, em detrimento das políticas de caráter estrutural, como

o PAA, houve a desarticulação de um processo que era incipiente de projeção da produção feminina, resultando na necessidade de retomar caminhos na construção de autonomia e neste sentido, nos questionamos: Qual o olhar das mulheres na construção histórica da luta pela terra e pela permanência na terra? Quais as práticas agroecológicas protagonizadas por mulheres? Quais as possibilidades de construção de autonomia e emancipação para as mulheres assentadas?

Assim, pretende-se aprofundar o debate acerca das resistências empreendidas pelas trabalhadoras organizadas e contribuir para a sistematização histórica da trajetória de tais mulheres, observando as resistências protagonizadas por elas frente ao avanço do agrohídronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema e os potenciais de emancipação destas mulheres.

Nosso recorte justifica-se pela necessidade em contribuir com a sistematização das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Projeto Temático, mas traz como elemento central a organização das mulheres, por ser um processo de luta cotidiana pelo (re)conhecimento das mulheres, não só nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, mas no conjunto da sociedade. As mulheres do MST buscam espaços de auto-organização desde o fim dos anos 80, quando criaram a Comissão Nacional de Mulheres do MST, conduzindo para que nas Normas Gerais do movimento se destacasse a luta contra todas as formas de discriminação e contra o machismo (MST, 1989, Cap. VIII).

### **Os Desafios científicos e procedimentos metodológicos.**

O estudo relativo à temática de gênero tem se expandido desde muito recentemente na geografia brasileira. A produção científica, também se desenvolveu negando a temática de gênero, como um reflexo do conjunto da sociedade, abordando geralmente a luta de classes, que consideramos fundamental, mas não tratando de temáticas como gênero, raça e sexualidade (Silva et. al., 2013). Tal afirmação é confirmada por Cesar e Pinto (2015), que ao compilar dados de 13.990 artigos de periódicos científicos de cunho geográfico, observaram que apenas 167 destes tratavam de gênero (1,2%); o estudo afirma ainda que dos 224 grupos presentes na plataforma do Diretório de Grupos de Pesquisa da Capes, apenas 17 referenciam-se no desenvolvimento de pesquisas sobre Gênero e Sexualidade, ou seja, 7,1% do total. Estes autores destacam ainda a importância do Centro de Estudos em Geografia do Trabalho (Ceget) e da revista Pegada como importantes neste processo de abertura para estudo das temáticas de Gênero.

Construir pesquisas que abordem e teorizem sobre as mulheres enquanto sujeitos sociais, com especificidades no que se refere à sua atuação enquanto classe trabalhadora tem sido um dos desafios de algumas pesquisadoras do Ceget e constitui-se também como um desafio para esta pesquisa.

Silva et. al. (2013) afirma que nos locais onde se formam grupos de pesquisa é maior a potencialidade da ciência geográfica se mostrar permeável à temática feminista do que nos locais onde há um número menor de instituições, onde a dinâmica de produção científica é mais concentrada espacialmente e intensiva, a autora destaca ainda que a organização espacial de grupos de pesquisa pode potencializar as discussões teóricas e metodológicas, fortalecendo os pesquisadores para lutar pela abertura do campo de estudos feministas na geografia brasileira.

Em consonância a este processo que ocorre nas universidades, ainda que as organizações de trabalhadores tenham se atentado, especialmente neste início de século, para a necessidade de promover a participação igualitária das mulheres, a formação social patriarcal e machista, reproduz ainda mazelas de uma sociedade que relegou as mulheres um lugar de lutas e resistências contra diversas escalas de opressão. A produção teórica

das mulheres nestas organizações também tem avançado a partir da qualificação de seus quadros femininos, nesta pesquisa então, buscaremos sistematizar essas publicações e verificar de formas as mulheres tem ocupado lugares antes negados a elas, seja na universidade, seja na condução de suas organizações.

Concordando com Medeiros (2008), acreditamos que a percepção da condição de subordinação das mulheres sem terra não é decorrência imediata da participação na luta, e sim da forma como esta participação se dá, especialmente neste trabalho cotidiano de tentativas de criar novas sociabilidades nos territórios conquistados a partir da luta pela terra. Torna-se central analisar o processo pelo qual se dá a constituição desses novos lugares das mulheres e como estas têm resistido ao avanço do sistema metabólico do capital e principalmente, como tem enfrentado este sistema. Assim, buscaremos a partir da história de luta das mulheres assentadas do Pontal do Paranapanema identificar o papel destas mulheres no cotidiano de luta pela terra e de luta por permanecer na terra, seja constituindo coletivos formais e informais de atuação, seja na produção de alimentos com base na agroecologia.

Para tal desafio, elegemos como principal metodologia a “Pesquisa Participante”, reafirmando o nosso compromisso social, político e ideológico com a comunidade, com as pessoas e suas causas sociais, reconhecendo o caráter político e ideológico da pesquisa enquanto atividade científica e pedagógica, como apontado por Brandão e Borges (2007). Para estes autores, a pesquisa participante é praticada como um ato de compromisso e presença claro e assumido, nossa participação enquanto pesquisadores é também a construção de uma atuação conjunta, com a preocupação de que este trabalho de partilha aconteça também nos pressupostos da investigação e na aplicação dos seus resultados.

Assim, pretendemos seguir construindo junto às mulheres que tem atuado na luta pela terra no Pontal do Paranapanema, a pesquisa participante no sentido de “possibilidade de transformação de saberes, de sensibilidades e de motivações populares em nome da transformação da sociedade desigual, excludente e regida por princípios e valores do mercado de bens e de capitais, em nome da humanização da vida social” (BRANDÃO e BORGES, 2007, p.6).

Para tanto, pretendemos realizar uma aproximação nas instâncias organizativas em que estas mulheres atuam, para (re)conhecer as demandas destas e projetar uma atuação conjunta. Uma primeira aproximação já foi feita, para a construção deste projeto de pesquisa, onde reunimos treze mulheres de diferentes assentamentos, que têm atuado junto às temáticas de Produção, Educação e Saúde. Neste encontro definimos quais seriam as interlocutoras e como poderíamos nos aproximar de outras mulheres e o tema mobilizador desta aproximação seria a retomada da organização de mulheres entorno do cultivo e uso de plantas medicinais.

Nossa proposta é que possamos realizar entrevistas semi-estruturadas individuais, sendo esta forma de levantamento de dados primários utilizada para promover uma aproximação com a realidade individual de cada mulher, sendo possível aprofundar assuntos mais complicados e delicados, proporcionando observar como as trajetórias individuais contribuem para a trajetória conjunta de lutas e conquistas. Nestes momentos de entrevistas, buscaremos junto às entrevistadas as fotografias e documentos que elas guardam do processo de luta, além de identificar quais os elementos principais a serem abordados no momento de construção coletiva dos mapas.

Além das entrevistas, pretendemos realizar momentos coletivos, organizados como Grupos Focais, com objetivo de socialização e construção do mapeamento participativo. O objetivo destes momentos, sempre dialogando com os desafios da Pesquisa Participante proposta por Brandão e Borges (2007) será sistematizar o conhecimento e a história de atuação a partir da formação de mulheres motivadas a

transformar seu cotidiano, ainda que a ação social proposta seja local e específica estas mulheres seguem atuando na luta pela reforma agrária.

O Mapeamento Participativo proposto neste projeto está vinculado às metodologias empreendidas pela Cartografia Social, sendo esta também uma metodologia participativa a ser utilizada pelo grupo de mulheres como uma ferramenta organizativa e formativa que se revelará na construção de representações do território, sendo este entendido a partir das relações de poder onde se dão a reprodução social, cultural, econômica e política das mulheres, ressaltando a importância dos territórios conquistados a partir da luta, dentro do seu universo de resistência (PORTO, DAMMAS e CAVALLI, 2014).

Assim, buscaremos contribuir durante a condução da pesquisa para a construção de uma cartografia que represente a atuação de resistência e enfrentamento à territorialização do Agrohidronegócio Canavieiro, a partir das elaborações já desenvolvidas no âmbito do Projeto Temático, ressaltando a importância do território conquistado a partir da luta pela terra frente à consolidação da estratégia de avanço da monocultura da cana-de-açúcar, entendendo a Cartografia Social como ferramenta de controle, organização e projeção de estratégias comunitárias, reafirmando a importância do conhecimento popular e dos saberes tradicionais.

### **Alguns dos caminhos**

Os avanços conquistados no âmbito das políticas públicas e do reconhecimento da transversalidade de gênero no debate de classe social, referem-se a pautas históricas dos movimentos sociais de luta pela terra e resultaram em processos que evidenciam as possibilidades de construção de uma nova sociabilidade nos assentamentos, desde que se implementem as políticas públicas que são direito dos (as) trabalhadores (as) assentados (as). Mas o que se viu a partir do processo de agudização da crise do sistema metabólico do capital e os desdobramentos na sua reestruturação produtiva, marcadamente no Brasil a partir de 2013, foi o retrocesso na implementação das políticas de redistribuição de renda e de caráter estrutural.

No campo, o que se vislumbra é o acentuado processo de tecnificação da agricultura e de avanço do caráter depredador do agrohidronegócio e no Pontal do Paranapema esses rebatimentos revelam-se, de acordo com nossa pesquisa, em dois movimentos: a destruição sócio ambiental empreendida pelo setor canavieiro e a resistência protagonizada pelos (as) trabalhadores(as) assentados (as) e camponeses(as). No primeiro movimento temos observado as consequências que decorrem da contaminação ambiental, do ar, da água e do solo; na precarização do trabalho; na apropriação ilegal de terras; na contaminação da produção agrícola do entorno das plantações de cana. Já no segundo movimento, aquele que mais dialoga com os objetivos de nossa pesquisa, podemos observar que nos territórios conquistados pelos (as) trabalhadores (as) em luta pela terra, segue-se buscando efetivar uma proposta de desenvolvimento em que se prioriza a produção de alimentos e a criação de estratégias, ainda que pontuais, de novas sociabilidades, pautadas na cooperação e na mudança da matriz tecnológica, para aquela de base agroecológica.

Importante salientar que estas realidades se contrapõem e que a primeira, de avanço do agrohidronegócio, tem efeitos sobre os territórios dos assentamentos, entre os quais podemos destacar a disputa ideológica entorno dos jovens e a consequente subsunção da força de trabalho desta juventude nas usinas canavieiras de forma precarizada e fetichizada (LIZARAZO e THOMAZ JUNIOR, 2016).

Por nós, tal disputa ideológica, com rebatimentos diretos no território, foi revelado no trabalho de campo realizado junto ao grupo de mulheres da “Padaria do Campo”, no Projeto de Assentamento (PA) São Bento, em Mirante do Paranapanema. Estas mulheres, organizaram a partir de articulações políticas de emendas parlamentares implementadas em convênio com a Prefeitura Municipal, uma cozinha industrial na sede social do assentamento. Nesta cozinha industrial, elas projetaram de forma cooperada a produção de pães para auto-consumo e para comercialização via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), consolidando uma possibilidade de geração de trabalho e renda para as mulheres, pauta dialogada constantemente nas propostas apresentadas pelos movimentos sociais. Entre 2015 e 2017, elas se organizaram, fizeram processos de formação e capacitação, consumiram os pães que fabricaram e comercializaram em feiras sua produção.

Ao mesmo tempo em que as trabalhadoras organizavam e consolidavam a experiência de trabalho coletivo, o Instituto de Terras de São Paulo (Itesp), o Centro Paula Souza e a Prefeitura de Mirante do Paranapanema firmavam uma parceria para instalação de uma sala descentralizada no assentamento São Bento, para o oferecimento do Curso Técnico em Agronegócio. Em agosto de 2017, sem aviso prévio, as trabalhadoras da padaria encontraram seus equipamentos em um barracão fora do espaço projetado para a padaria, onde o Estado instalaria um curso técnico com o objetivo de “capacitar” o público dos assentamentos para o trabalho vinculado ao projeto de desenvolvimento do agronegócio.

As mulheres resistiram, mas não houve acordo. Foram obrigadas a adaptar de forma provisória seus equipamentos no barracão para seguirem com sua proposta de padaria e hoje seguem produzindo e alcançaram um de seus primeiros objetivos que é a entrega de pães para o PNAE. Nosso trabalho junto à elas foi de realizar uma série de diálogos para entender como este conflito as afetou e contribuir para que reorganizassem seu planejamento para seguir na construção da nova sociabilidade.

Deste trabalho de campo, entendemos que há processos constantes de dominação e resistência ao que propõe o modelo do agronegócio, neste caso representado pelos interesses da usina Conquista do Pontal (que pertencia ao Grupo Odebrecht e foi comprada recentemente pela ATVOS) e que é sustentado em propostas do poder público, como o curso acima citado. Por outro lado, seguem as lutas de resistência a esta dominação, e ainda que com uma série de contradições realizam-se por aquelas que tiveram suas vidas transformadas no processo de luta pela terra e que enfrentam os desafios da luta por permanecer na terra.

Ainda no escopo dos trabalhos de campo realizados por nós, vivenciamos a resistência empreendida pelo coletivo de mulheres pertencentes ao Setor de Saúde do MST, que têm lutado para preservar o conhecimento acerca das plantas medicinais desde o final dos anos 1990 no Pontal do Paranapanema e de promover práticas agroecológicas voltadas aos quintais produtivos, geralmente vinculados à produção feminina, conforme abordamos anteriormente. Nos trabalhos de campo que realizamos com estas mulheres, a prática do cuidado revela-se como um viés da nova sociabilidade bastante diferente. A não submissão à lógica da mercadoria nos surpreende tanto pela concepção de que é preciso resgatar conhecimentos para garantir a saúde de forma autônoma, sem depender da indústria farmacêutica, como pela promoção de práticas agroecológicas de cuidado com a terra e pela demanda em se reunirem não para produzir mercadorias, e sim para trocar conhecimentos, experiências e ter acesso aos medicamentos fitoterápicos.

Em nossa oficina realizada com elas, vivenciamos um momento interessante em que as mulheres do Setor de Saúde trouxeram plantas medicinais para identificação, nos proporcionaram um resgate histórico da atuação junto ao setor de saúde, fabricamos cerca

de 40 frascos de xarope que foram destinados à uma atividade das crianças sem-terrinha e elas puderam revelar os desafios que tem enfrentado para seguir resistindo. Nos chama a atenção as dificuldades que estas mulheres têm encontrado para manter o cultivo de algumas plantas, o que elas relacionam com as pulverizações aéreas de agrotóxicos e esta é uma abordagem que pretendemos aprofundar em um período vindouro. Desta oficina resulta um produto de mapeamento participativo, ainda em elaboração, com o histórico do Setor de Saúde e as receitas socializadas por elas, pretendemos ainda elaborar conjuntamente um herbário que as auxilie na identificação das plantas e seus usos.

Realizamos também, o trabalho de campo na Gleba XV de Novembro, onde foi possível relacionar a ausência de políticas públicas, especialmente do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e da articulação das Cestas Agroecológicas “Raízes do Pontal”, iniciativa realizada entre o Coletivo CETAS e os agricultores assentados desde janeiro de 2017. Naquele trabalho de campo foi possível produzir nosso primeiro produto de mapeamento participativo, construindo em conjunto com a Equipe de Pesquisadores, linhas do tempo de algumas das famílias que participam da proposta da cesta.

O desmonte do PAA evidencia as possibilidades de negação dos avanços identificados por nós (REIS, 2015; LEAL, 2017), impondo aos agricultores assentados a criação de novas estratégias de resistência, como as Cestas Agroecológicas e as feiras ou de submissão desses agricultores aos modelos propostos pelo agronegócio, como a proletarianização e o cultivo de pepinos para integração com a indústria.

Assim, nossa proposta de atuação tem nos levado a entender de forma mais aprofundada o território e as disputas que estão postas entre o capital e a classe trabalhadora, que dialogam diretamente com o elaborado por THOMAZ JUNIOR (2017) ao abordar a desterração dos trabalhadores seja na expropriação, seja na exploração, seja na subordinação dos trabalhadores ao capital ou na sujeição da renda da terra ao capital, com a monopolização da terra e da riqueza por setores da burguesia.

Cabe então a nós, aprofundar as discussões que estão postas no sentido de seguir dialogando, a partir de metodologias participativas, com os objetivos de compreensão da dialética dominação-resistência no processo de avanço do agrohídronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema através das formas de captura e (des)realização de classe, com foco nas transversalidades de classe, especialmente gênero e geração.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C.R., BORGES, M.C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, v.6, n 1, p. 51-62, jan/dez 2007.

CESAR, T.R.A.O, PINTO, V.A.M. A Produção Intelectual da Geografia Brasileira, entorno das Temáticas de Gênero e Sexualidades: uma visão a partir dos periódicos on line. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 119 - 132, ago. / dez. 2015.

PORTO, J. M. ; DAMAS, M. G. ; CAVALLI, T. O. . Cartografias Participativas como Metodologia de Aproximação a Conflitos Territoriais: relatos sobre o elo entre teoria e realidade dentro das práticas de extensão.. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014, Vitória. Anais Eletrônicos II - Campo/Rural, 2014.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. pp. 173-224.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. G. **Questão agrária e disputas territoriais no Brasil**. Presidente Prudente, 2011. Inédito.

LIZARAZO, R.P.; THOMAZ JUNIOR, A.; Juventude Rural e Mobilidade Territorial do Trabalho no Século XXI, **Revista Pegada**, Presidente Prudente-SP, v. 17, no. 2, 251-268, dez/2016.

LEAL, S. C. T. **A dinâmica territorial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Pontal do Paranapanema-SP no contexto dos conflitos**. 2017. 107p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente.

MARQUES, P.E.M.; LE MOAL, M.F; ANDRADE, A.G.F. Programa de aquisição de alimentos (PAA) no estado de São Paulo. **In: *Ruris*, Vol. 8, no. 1, março 2011. p. 63-89.**

MÈSZARÓS, I. Para além do capital. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, A. U. de. **Mundialização da agricultura brasileira**. 2015. Obra Inédita.  
PEREIRA, J. M. M.; ALENTEJANO, P. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014). *Revista Tempos Históricos*, v. 18, p. 73-111, 2014.

REIS, A. T. *Produtividade, preços e salário do setor sucroalcooleiro no estado de São Paulo nos anos 90*. Trabalho de Conclusão de Curso. Jaboticabal: Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV), 2006.

REIS, A. T. ; ALEIXO, S. S. ; BELLENTANI, N. F. . *Sistematização das Experiências Agroecológicas MST/ Ribeirão Preto*. 2006.

REIS, A.T., MAFORT, K.C.O. “A lata d’água mais pesada: mulheres do campo e a luta contra o golpe” *CADERNOS DE ANÁLISE DA CONJUNTURA*. São Paulo: Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes, n. 01, jan. 2018. Disponível in: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_informativo/bibli\\_inf\\_2018/IJC04\\_05.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2018/IJC04_05.pdf)

REIS, A.T. Trabalho, políticas públicas e resistência em assentamentos do Estado de São Paulo: um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Tese de Doutorados. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/Unesp), 201

---

SILIPRANDI, E; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: BUTTO, A; DANTAS, I. (orgs) *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília, MDA, 2011.

SILVA, J. M. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista ao discurso geográfico brasileiro. In: SILVA, Joseli Maria. **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009b, p.55-92.

THOMAZ JUNIOR, A. Por trás dos canaviais os nós da cana. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2002a.

THOMAZ JUNIOR, A. Por uma geografia do trabalho! Reflexões preliminares. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. João Pessoa. Anais... jul. 2002b.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI : (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). Universidade Estadual Paulista (livre-docência) – Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia 2009, 499p.

THOMAZ JUNIOR, A. **Movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora, desterração e os sujeitos transcendentais/resistentes da resistência no Século XXI**. 2017. Tese (Professor Titular) – UNESP, Presidente Prudente, 2017b.

ZIMMERMANN, Silvia A. Políticas Públicas e Arranjos Institucionais: o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Fortaleza: EMBRAPA, Setembro de 2007. <[www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab\\_FormatPDF/62.pdf](http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_FormatPDF/62.pdf)>[04 de janeiro de 2008].